

**OS MANUAIS ESCOLARES COMO INSTRUMENTO DE “NORMALIZAÇÃO  
IDEOLÓGICA” – DA DITADURA À DEMOCRACIA, EM PORTUGAL**  
**TEXTBOOKS AS A TOOL FOR "IDEOLOGICAL STANDARDS" – FROM  
DICTATORSHIP TO DEMOCRACY, IN PORTUGAL**

José Manuel Couto<sup>1</sup>

**Resumo**

Os manuais escolares constituem um suporte de trabalho fundamental para alunos e professores. Eles são, igualmente, vitais para a sobrevivência de muitos editores livres, que procuram diversificar propostas e garantir a máxima qualidade, quer do ponto de vista gráfico quer de conteúdos e de tradução dos princípios normativos emanados do ministério que tutela a educação. Conhecemos, hoje, manuais bem estruturados e fundamentados do ponto de vista teórico e pedagógico-didático, centrados, de facto, na valorização dos alunos e na construção do conhecimento e das aprendizagens. Contudo, se num clima de democracia nos confrontamos com múltiplas ofertas, de diferentes autores e editores, com uma supervisão didática efetuada por especialistas e a garantia de certificação por equipas de especialistas. A verdade é que durante muitos anos, em Portugal, vigoraram os livros únicos, manuais controlados ao pormenor pelo estado, com a única preocupação de “formatar” o ensino, de disseminar e propagar o regime. Comparados dois manuais escolares, um do Estado Novo, outro há pouco integrado nas escolas, conclui-se haver, de facto, uma enorme distância entre ambos, daí se inferindo uma evolução muito significativa e positiva de paradigma educativo, no sentido da diversidade, da estimulação do pensamento crítico-reflexivo e de um tipo de aprendizagem mais aberta e democrática.

**Palavras-chave:** Manual escolar. Ditadura. Democracia.

**Abstract**

Textbooks are an essential instrumental support to the work of students and teachers. They are also vital for the survival of many book publishers, seeking to diversify proposals and to ensure the highest quality of both the graphical point of view and the content and translation of normative principles introduced by the ministry that oversees education. We know, today, well-structured schoolbooks that are supported by a pedagogical-didactic theory, centered, in fact, in the appreciation of the students and in the construction of knowledge and learning. Is a fact that we live an atmosphere of democracy, where we have a multiple offers from different authors and publishers with a didactic supervision conducted by experts and the assurance of accreditation by teams of experts. However, the truth is that, for many years, in Portugal, there were only books which content was strictly state controlled, with the only concern of “formatting” teaching, and spreading the regime's propaganda. We have concluded, comparing two textbooks, one by the New State, and another recently introduced in schools, that there is, in fact, a huge gap between them, evidencing a very significant and positive development of the educational paradigm in the sense of diversity, stimulation of critical and reflective thinking and a kind of learning that is more open and democratic.

**Keywords:** Textbook. Dictatorship. Democracy.

---

<sup>1</sup> Doutor em Perspetivas Didáticas em Áreas Curriculares, com tese em Didática da Língua Portuguesa. Professor da Escola Superior de Educação Jean Piaget - Vila Nova de Gaia, Portugal. E-mail: [jotaacouto@gmail.com](mailto:jotaacouto@gmail.com)

## **Introdução**

O manual escolar continua a ser um recurso pedagógico-didático incontornável. Ele é a base de apoio, às vezes guia programático, do trabalho dos professores, um guia para os alunos e fonte privilegiada de receitas para as editoras deste nicho do mercado livreiro. Ele é, ainda, para muitos pais, garantia da qualidade da aprendizagem.

Enquanto instrumento de trabalho, impresso ou, mais recentemente, em suporte digital - *E-Book* Escolar –, a verdade é que o manual escolar configura e reflete não apenas posições científico-pedagógicas e didáticas, mas também as políticas sociais, culturais, educativas e cívicas de um regime democrático ou não. Assim, sobretudo em regimes ditatoriais, o manual escolar constitui-se como um dos mais relevantes mecanismos de disseminação de representações político-ideológicas, de controle do ensino e de transmissão dos valores do estado. Segundo Monteiro (2006, p. 83),

Os manuais escolares são depositários privilegiados de conteúdos educativos (conhecimentos, ideias, valores) cuja aquisição foi considerada necessária pela sociedade. Pelo muito que dizem e pelo muito que ocultam, são importantes veículos de um sistema de valores, de uma ideologia e de uma cultura (julgados convenientes). A educação faz-se com ditos e não-ditos, com evidências e ocultações, com sublinhados e silêncios. Sabemos da importância do contributo dos compêndios escolares para os processos de socialização, de normalização ideológica (e de endoutrinação...) e para a construção de memórias individuais e colectivas. Os livros escolares (e, em especial, os manuais) condensam um determinado “capital cultural” susceptível de ser “simbolicamente assimilado”, o que pressupõe “um trabalho de inculcação ideológica.

Ao contrário do que sucedeu ao longo do Estado Novo, em que prevaleceu o livro único, isto é, a adoção do mesmo livro de leitura em todas as classes, em todas as escolas oficiais e particulares, hoje superabundam propostas diversificadas e, conseqüentemente, avultada legislação reguladora do processo de avaliação e certificação dos manuais escolares adotados.

Como todas as dimensões da vida e da sociedade, os manuais escolares têm sofrido enormes transformações, sob todos os pontos de vista, de modo a responderem aos novos desafios tecnológicos, científicos e pedagógico-didáticos. Assim, evidenciar transformações ocorridas a partir do fim da ditadura, a partir do confronto de manuais escolares, revela-se um processo muito laborioso e complexo, diríamos, infundável.

No presente estudo, procuramos explorar e comparar dois manuais de língua portuguesa: um que vigorou no período da ditadura – o livro da 3ª classe – e outro contemporâneo – *Alfa*, 3º ano do ensino básico, já certificado e adotado a partir do ano letivo 2012/2013. Para tal, definimos algumas categorias e subcategorias decorrentes dos títulos e do conteúdo dos textos inscritos em cada um dos manuais em apreço.

## **1. O “livro único” no estado novo**

À frente do governo de Portugal, a partir de 1933, lugar que ocuparia até 1968, Salazar conceberia a escola como a instituição privilegiada para a formação do homem “submisso”, de acordo com a linha orientadora das novas políticas centralistas.

Logo no 1º Congresso da União Nacional, que decorre em Lisboa, entre 26 e 28 de Maio de 1934, há o cuidado de explicitar a função da escola. Com efeito, tal função consiste em “(...) enfermar de tendências nacionalistas, dentro dos novos princípios políticos e sociais que presidem ao Estado Novo. Consiste, sobretudo, em formar homens portugueses, cultivar o amor de Portugal, o orgulho das glórias do passado, a confiança do sacrifício e no esforço do presente e a fé nos altos destinos da Pátria” (cit. Diniz, 2001, p. 31).

Assim, uma das primeiras medidas tomadas pelo Estado Novo, para assegurar o êxito das suas políticas de ensino, prende-se com a introdução do livro único de leitura, visando defender “(...) a preservação de uma unidade, nas disciplinas em que mais se revela o cunho de transmissão duma ideologia, embora em termos pouco claros, mas firmes” (Sampaio, 1976, p. 38). Tais disciplinas eram, obviamente, História de Portugal, História Geral, Filosofia e Educação Moral e Cívica.

Refira-se que até 1932 bastava que os livros fossem sujeitos anualmente à prévia aprovação oficial, dispondo os professores de alguma margem de escolha. Neste mesmo ano, é decretada, porém, a obrigatoriedade de inserção de uma lista de frases de carácter moral em todos os livros de leitura, a fim de se disseminar “ensinamentos patrióticos e morais”, tais como: “Obedece e saberás mandar”. “Na família, o chefe é o pai; na escola, o chefe é o Mestre; no Estado, o chefe é o Governo”. “A tua Pátria é a mais linda de todas as Pátrias: merece todos os teus sacrifícios”. “Nunca ponhas o teu interesse acima do da tua

família, porque tu passas e a família fica". "Se tu soubesses o que custa mandar, gostarias mais de obedecer toda a vida" (Mónica, 1978).

A partir de 1936, com a nomeação de António Carneiro Pacheco para a pasta da Instrução Pública, são tomadas novas e severas medidas, no sentido de se produzir um livro de leitura da escola primária que, ao mesmo tempo, divulgue e incentive a mentalidade nacionalista e cristã. O livro único compreende as matérias de todas as disciplinas de cada classe, estabelecendo-se prêmios para os autores dos textos selecionados e posteriormente publicados pelo Ministério da Educação Nacional.

Em 21 de Julho de 1937, por Decreto, advoga-se, entre outros aspetos, que o livro único põe

[...] termo a uma sobrevivência de anarquia pedagógica do demoliberalismo, que cada autor, algumas vezes desconhecido, permitia proclamar, em estranha pluralidade de conceitos fundamentais, a sua verdade, contra os interesses da ação formativa elementar e até nos domínios do indiscutível para a unidade moral da Nação.

Esta era uma medida que visava contrariar igualmente a escolha dos livros em razão de simpatias especiais ou de zonas de influência comercial dos editores (Sampaio, 1976).

Institucionalizado o livro único, aguardava o chefe do agora denominado Ministério da Educação Nacional que a iniciativa privada produzisse um livro adequado que, posteriormente, seria aprovado oficialmente. Como nenhum dos diversos originais recebidos foi considerado digno de ser aprovado, em 14 de Março de 1940 o ministro acabou por nomear uma comissão de técnicos, escolhidos pelo seu mérito pedagógico, literário e artístico, para o feito. Mas o sonho de Carneiro Pacheco levaria algum tempo a ser realizado, já que o livro da 1ª classe seria publicado pela primeira vez apenas em 1941, o da 2ª classe em 1944 e o da 3ª classe em 1951 (Diniz, 2001).

Os livros únicos, inspirados no modelo italiano dos livros escolares do regime de Mussolini, converteram-se num instrumento de propaganda das excelências da Ditadura, assim como dos ensinamentos da doutrina cristã, importante fator de estabilização social. Um exemplo claro desta situação era o aproveitamento da letra S do Livro da Primeira Classe para soletrar "Sa-Ia-zar", e a letra C para se fixar o nome de Carmona, então Presidente da República. Acrescente-se que as crianças que soletravam tais nomes podiam,

naquela época, erguer os olhos para a parede da sala de aula de onde pendia o crucifixo, e ver, de um e do outro lado de Cristo, os retratos de Carmona e de Salazar que tinham sido mandados colocar, nessa disposição, nas paredes das escolas (Carvalho, 1996).

A nível de conteúdo, eram destacados assuntos como a vida campesina, as figuras proeminentes da História de Portugal, os Governantes e a Mocidade Portuguesa. Em todos os livros havia textos, alguns dos quais acompanhados de ilustrações, sobre o Estado Novo, o Governo da Nação, o Chefe do Estado, os impostos, o dia das eleições e a Bandeira Nacional. Raras eram as referências aos progressos da técnica e à vida cidadina (Sampaio, 1976). Acrescente-se que o resultado de um estudo sobre os manuais escolares no Estado Novo, levado a efeito por Diniz (2001, p. 34), permitiu concluir, ainda, que

[...] os motivos religiosos e patrióticos surgem perfeitamente entrelaçados. O fenómeno religioso era utilizado como elemento estabilizador da sociedade. Ajudou a aceitar o carácter providencial da chefia de Salazar.

Além das páginas finais, inteiramente dedicadas ao estudo da religião (20 no livro da 1ª classe, 24 no livro da 2ª classe e 28 no da 3ª), são frequentes os textos sobre a Virgem Maria, os Anjos, a Oração, o Dia do Senhor, A Criação do Mundo, os Evangelhos ou as Procissões.

Num período de crescente tensão sobre o livro único, surgem duras críticas, como a de Augusto César Lima que, em 1942, além de reconhecer que tal livro cria enormes restrições à ação do professor, identifica defeitos graves no livro único da primeira classe: mau trabalho tipográfico, papel demasiado transparente, texto que transmite noções erradas, o culto de uma literatura já gasta: os beijos, as lágrimas e a esmola dos pobrezinhos (Sampaio, 1976).

De acordo com Magalhães (2006, p. 13),

a progressiva sobreposição entre instrução e escolarização e entre escolarização e educação, nas primeiras décadas do Estado Novo, tendo por objectivo uma lógica basista e minimalista da escolarização elementar, converteram o manual escolar em livro único e numa antropologia básica. O manual escolar ordenava e permitia a interiorização de uma visão sobre o mundo. O manual escolar antropologizava o leitor / aluno.

Os livros únicos seriam utilizados em regime de exclusividade durante duas décadas. A sua remodelação foi efetuada apenas em 1961, por Decreto de Francisco Leite Pinto, Ministro da Educação, à época.

Sujeitos a concurso público – textos e ilustrações –, e respeitando os novos programas que, embora aprovados em 1960, continuavam indiferentes às reais necessidades das crianças e às mutações provocadas pelo pós-guerra, os novos livros únicos acabariam por surgir em três momentos distintos: o da 1ª classe em 1967, o da 2ª classe em 1972 e o da 3ª classe em 1973.

Face aos princípios de orientação educativa do Estado Novo, em geral e, em particular, à preconização da diferenciação e separação efetiva de sexos, na escola, uma das questões que se poderá colocar é se a existência de um livro único não implicaria certa uniformização dos sexos, já que, rapazes e raparigas, se confrontavam com iguais textos escolares. Essa questão, porém, parece resolver-se se levarmos em conta que um mesmo texto pode ser alvo de inúmeras leituras e interpretações. É verdade que o livro era o mesmo, mas a "leitura" das mensagens veiculadas pelo livro único não era coincidente. Ela era necessariamente condicionada quer pela diferença de papéis que meninos e meninas eram chamados a desempenhar quer pela posição social dos alunos.

O mesmo se diga relativamente à educação das crianças ricas e das crianças pobres que, a partir de um livro único, podiam perscrutar uma bipolaridade de valores e, de acordo com as circunstâncias, com eles se identificarem (Mónica, 1978).

O livro único permitia, assim, ao Estado, salvaguardar os superiores interesses da Pátria sem, contudo, esbater as diferenças sexuais e ou sociais. Este seria, pois, um dos instrumentos privilegiados pelo regime salazarista, a fim de promover a coesão e a comunhão nacional de ideias e princípios, logo a partir da infância.

Com o fim da ditadura, assiste-se ao abandono do livro único e à progressiva proliferação de novos manuais, de acordo com novos princípios e valores (Pinto, 2003), nem por isso alheios a tensões e críticas, como atestam, por exemplo, várias intervenções no 1º Congresso Internacional sobre Manuais Escolares (Castro *et al.*, 1999b).

## **2. O Manual Escolar ontem e hoje – um retrato da mudança**

### **2.1. Identificação dos manuais selecionados**

Como enunciado na introdução, o nosso estudo centra-se em dois manuais do mesmo nível de ensino, ainda que com diferentes denominações: o da 3ª classe, em vigor no regime ditatorial e o do 3º ano do ensino básico, adotado a partir do ano letivo 2012/2013.

O primeiro – “Livro de leitura da 3ª classe” – (fig. 1) foi editado pela Editorial Domingos Barreira, no Porto, em 1969, e é da responsabilidade do Ministério da Educação Nacional, com o nº de ordem 90566, contando com 213 páginas. Destas, 184 destinam-se à apresentação de textos de leitura e as restantes à “Doutrina Cristã”. O preço é 18\$00



Figura 1 - Livro de leitura da 3ª classe

O segundo (fig. 2) – “Alfa - Língua Portuguesa 3” – acaba de ser editado pela Porto Editora e é de autoria de Eva Lima, Nuno Barrigão, Nuno Pedroso e Vítor da Rocha. Conta com 160 páginas.

Este manual é parte integrante de um projeto mais alargado de que fazem parte outros recursos em suporte de papel e em suporte digital e se destinam a dois públicos preferenciais: “Para o aluno” e “Oferta ao professor”.

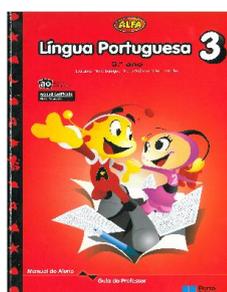


Figura 2 - Alfa - Língua Portuguesa 3 – 3º ano

Na contracapa do manual pode-se ler que no *kit* do aluno, disponível em pasta própria, além do manual, no valor de 9,46€, pode encontrar-se um livro de fichas com caderno de aplicação das atividades do manual, no valor de 7,80€. A título de oferta, dispõe, ainda, de uma minigramática, de dois livros de dupla face – um livro de fichas de consolidação/preparação para as provas de aferição, outro de escrita/fichas de gramática –, bem como um e-manual do aluno (CD-ROM).

No *kit* do professor, em regime de oferta, pode-se encontrar, igualmente, um variado leque de recursos como o manual e o guia do professor, orientações metodológicas sobre o novo programa de português – 3º ano, um CD áudio e o respectivo guia de exploração, bem como o “*Alfakit*” que integra, entre outros documentos, cartazes de sistematização de conteúdos, um guia de exploração do dicionário, ficheiros autocorretivos, uma agenda do professor do 1º ciclo, um pen-drive, etc.

Na mesma contracapa refere-se, em caixa, que “Ao adotar este manual, o professor terá “acesso gratuito ao Plano Professor da Escola Virtual, com mais de 50.000 recursos do BRIP (Banco de Recursos Interativos para Professores).”

## 2.2. As capas e as páginas de rosto

Como se pode verificar por uma breve análise das capas de ambos os manuais, o da 3ª classe mostra crianças que correm alegremente para a escola, ostentando três bandeiras diferentes, que podem ser vistas em primeiro plano (fig. 1): à direita a dos primeiros tempos da fundação da nacionalidade; à esquerda a atual bandeira, em uso desde a implantação da República, em 1910; ao centro, a do tempo de D. João I, agora usada como emblema pela Mocidade Portuguesa<sup>2</sup>. Há, desde já, pois, uma evidenciação do nacionalismo/patriotismo.

---

<sup>2</sup> A Mocidade Portuguesa constituiu uma organização de juventude criada pelo Decreto-Lei n.º 26.611 de 19 de Maio de 1936, com o fim de "estimular nos jovens o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria". Através do Decreto-Lei n.º 28262, de 8 de Dezembro de 1937 foi criada a secção feminina da Mocidade Portuguesa ou Mocidade Portuguesa Feminina (MPF). Ambas foram extintas em 25 de Abril de 1974.

O emblema atribuído à Mocidade Portuguesa (MP) foi a Bandeira de Portugal introduzida no tempo de D. João I, personalidade que - junto com Nun'Álvares Pereira - era considerada mentora da organização. Este emblema era usado tanto sob a forma de insígnia como sob a própria forma de bandeira. O emblema da MPF [Mocidade Portuguesa Feminina], pouco depois da sua criação, foi a versão do emblema da MP, mas em lisonja, o tradicional formato de escudo feminino na heráldica portuguesa”. (Informação disponível em <http://audaces.blogs.sapo.pt/9950.html>, consultada no dia 11 de Setembro de 2012.

Já na capa do manual do 3º ano, além da identificação da área curricular e do ano escolar a que se destina o manual, há registo de que este foi devidamente certificado e, na parte inferior, informa-se que a parte substantiva é dedicada ao aluno, mas que em rodapé haverá sempre orientações-guia para o professor. Há, ainda, indicação da editora. Na parte central podem observar-se duas figuras imaginário-simbólicas, o Alfa e a Zuna, as duas personagens criadas por Luísa Ducla Soares e apresentadas em texto narrativo inscrito nas páginas 6 e 7.

Na contracapa do 1º manual referenciam-se, apenas, o respetivo preço e a editora. Pelo contrário, no caso do manual do 3º ano, como acima ficou dito, toda a página está preenchida com informações de inventariação dos recursos destinados ao aluno e ao professor.

No que concerne às páginas de rosto, no 1º dos manuais (fig. 3) pode-se ver um quadro representativo da História de Portugal e das suas diferentes realidades, numa disposição ela própria significativa: os heróis da pátria – fundadores, conquistadores e empreendedores da aventura marítima; monumentos; membros e símbolos religiosos; o ultramar colonizado; os defensores da pátria; a paz e a felicidade do trabalho rural: a família, com diferenciação de papéis. Ao centro, com particular relevância, veem-se os principais símbolos da identidade nacional, como o escudo das armas nacionais, as bandeiras e um padrão.



Figura 3 – Página de entrada – livro da 3ª classe

Em síntese, pode-se afirmar que abrindo o seu manual, as crianças se deparavam imediatamente com um quadro da História de Portugal e dos seus principais marcos e pilares.

Já no 2º dos manuais, encontramos uma espécie de replicação da respectiva capa, a que acresce a informação de que o manual obedece à nova ortografia.

### 2.3. Estrutura interna

O manual da 3ª classe apresenta uma estrutura muito simples, com uma sucessão de breves textos, alguns deles com pequeno desenho ilustrativo, com cor, mas de natureza realista. Não há imagens em fotografia. Não existe um índice de textos. Não existe, do mesmo modo, qualquer sugestão de atividades e estratégias de exploração textual, o que indicia que essa função competiria ao professor ou à professora, conforme se tratasse de uma turma masculina ou feminina. O professor/a teria, pois, um papel central, enquanto detentor do saber, não apenas de natureza científica como ideológica, que partilharia com as crianças, a partir de uma base textual muito simples e que deixava tudo em aberto para uma interpretação condicionada aos valores do regime. O tipo de desenho realista e a própria centralidade do professor, na exploração analítico-interpretativa dos textos e na condução da aula está espelhada, por exemplo, entre outras possibilidades, na figura 4.



Figura 4 – “As terras e as águas” – Livro da 3ª Classe, p. 81

O manual atualmente em vigor apresenta, pelo contrário, uma estrutura extremamente complexa. Em jeito de nota de abertura, os autores dirigem-se “Aos professores”, explicitando a estrutura do manual. Os conteúdos estão organizados em dez

unidades temáticas, desde setembro a junho. A cada mês corresponde uma cor e um pequeno ícone, como se pode verificar logo no índice inscrito nas páginas iniciais.

Do ponto de vista da disposição gráfica dos elementos na página, há, igualmente, grande diversidade, atendendo ao tema a tratar e às necessidades. Há uma grande profusão de ilustrações, essencialmente em desenho, a apontar tanto para situações concretas como imaginárias. Os desenhos são sugestivos e, por norma, não têm um caráter realista. As fotografias são o recurso privilegiado na abertura de cada um dos meses, como forma de estimular a oralidade e a emissão de juízos crítico-reflexivos. Por se tratar de um assunto com uma sintaxe própria, e por não ser esse o objetivo deste breve trabalho, entendemos não o tratar aqui. Contudo, recorrendo a Morais (2011, p. 59), podemos esclarecer que

Nos manuais escolares, empregando técnicas modernas de edição e concepção plástico/gráficas, e pressupostos didático/comunicacionais específicos, vemos hoje, desde fotografias corporizando a primeira linha de iconicidade (...), de fiel rigor figurativo, até gráficos e esquemas numa banda de extrema abstracção. Pelo caminho, observam-se graus intermédios e nuances variadíssimas em desenhos e sequências didáticas que são estruturadas segundo formas e articulações próprias, por vezes complexas, de codificação e estruturação visual e gráfica.

Em cada mês, há o cuidado de explorar temáticas afins a esse período do ano. De forma aleatória, veja-se por exemplo: em dezembro explora-se o Natal e o inverno; em fevereiro inicia-se com um texto sobre “A máscara”.

Em cada unidade temática regista-se uma estrutura mais ou menos fixa. Ou seja, a unidade é aberta com imagens e questões para partilha oral, na rubrica “expressão oral”; segue-se a audição de um texto a partir de um CD-ROM e a resposta a um questionário sobre o que se escutou, na rubrica “compreensão do oral”. Na continuação, apresenta-se sequencialmente um conjunto de textos que podem assumir diferentes tipologias. A introduzir cada um destes textos existe uma outra rubrica, “Antes de ler”, que visa familiarizar a criança com a temática que vai ser tratada e permitir-lhe antecipar eventuais ideias, a partir da sua própria experiência. Após a apresentação do texto segue-se uma série de outras rubricas que visam a exploração orientada dos mesmos. Referimo-nos a rubricas como:

- “Ler e compreender” – leitura de textos, respostas a questões, elaboração de esquemas.
- “Ouvir e falar” – atividades de expressão oral, de acordo com regras e papéis definidos, usando vocabulário adequado.
- “Escrever” – propostas de escrita, no sentido de facilitar a expressão de ideias e opiniões.

- “Laboratório gramatical” – clarificação, sistematização e aplicação das regras do conhecimento explícito da língua, de forma contextualizada.

- “Conhecer e praticar a língua” – exercícios sobre o conhecimento explícito da língua.

A juntar a isto, a finalizar cada uma destas unidades mensais existem duas rubricas permanentes: “Alfapalavras” – jogos variados sobre as palavras e as regras de escrita; “e “Já sei” – exercícios de consolidação dos conhecimentos.

#### **2.4. Os textos – do patriotismo vincado na ditadura ao ecletismo na atualidade**

Uma leitura do manual da 3ª classe, em vigor no Estado Novo, evidencia uma clara marca ideológica permanentemente presente, como veremos. Pelo contrário, os textos inseridos no manual que agora entra em vigor, o do 3º ano do ensino básico, apontam, essencialmente, para a exploração do imaginário e inscrevem-se, maioritariamente, no âmbito da literatura para crianças e jovens. Acresce que estes são sempre de autores conhecidos no universo literário infanto-juvenil. Já no que concerne aos textos inscritos no “livro de leitura da 3ª classe”, são sobretudo textos narrativos e descritivos, sempre sem autoria, ainda que surjam de quando em vez breves textos poéticos, alguns deles com a assinatura de autores como António Correia de Oliveira, Maria de Carvalho, Afonso Lopes Vieira, Adolfo Portela, Luísa Vilhena, Maria Lúcia, Acácio de Paia, Pedro Dinis, Pe. Moreira das Neves, Augusto Gil. Os restantes não têm a autoria identificada.

Para uma sistematização do que acabamos de dizer, veja-se o quadro abaixo, onde agruparemos os textos a partir dos respetivos títulos, ou sentidos explícitos no caso de breves poemas – sempre que tal aconteça, usaremos parênteses –, no contexto ideológico que nos parece mais adequado. Quer os dados inscritos no “contexto ideológico”, que resultam da apreciação do conteúdo de cada texto, quer no “título do texto” serão elencados por ordem de entrada no manual em apreço.

Livro de leitura da 3ª classe	
Contexto ideológico	Título do texto
Pátria	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A pátria</li> <li>- Portugal é grande</li> <li>- (Portugal, doce pátria, sem igual no mundo)</li> <li>- Portugal</li> <li>- O Povo português</li> <li>- Terra da Pátria</li> <li>- Canção da candeia</li> <li>- O relógio da saudade (emigração sem regresso)</li> <li>- O significado da nossa bandeira</li> <li>- As cores da Bandeira Nacional</li> <li>- O Hino Nacional</li> </ul>
Comportamento da criança	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A felicidade pelo estudo</li> <li>- A Joaquina</li> <li>- O Jorge</li> <li>- A gata e a boneca</li> <li>- O bom filho</li> </ul>
Vida rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As aldeias</li> <li>- A vida no campo</li> <li>- As mondas</li> <li>- Os rebanhos</li> <li>- As regas</li> <li>- Os ceifeiros</li> <li>- As vindimas</li> <li>- A casa do lavrador</li> <li>- Canção do linho</li> </ul>
Religião <sup>3</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crepúsculo</li> <li>- A caridade</li> <li>- Jesus e a tempestade</li> <li>- (O pouco com Deus é muito, o muito sem Deus é nada)</li> <li>- O lavrador da arada</li> <li>- (quadras a Nossa Senhora)</li> </ul>
Família	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os anos da mãe</li> <li>- O meu pai</li> <li>- Orgulho de mãe</li> <li>- À lareira</li> <li>- Serões da aldeia</li> <li>- Cantigas populares</li> <li>- Canção da mãe</li> </ul>
Animais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A raposa</li> <li>- O lobo</li> <li>- A borboleta</li> <li>- O cão</li> <li>- A libelinha e as folhas de nenúfar</li> <li>- O gato</li> <li>- Os passarinhos</li> <li>- Vozes de animais</li> <li>- A canção da rola</li> <li>- Os bois</li> </ul>
Monumentos históricos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Castelo de Guimarães</li> <li>- O Castelo de S. Jorge</li> <li>- O Mosteiro de Alcobaça</li> </ul>

<sup>3</sup> Apesar de um significativo número de páginas do manual ser dedicado à “Doutrina Cristã”, entre os textos de leitura registam-se vários que apelam para a devoção e a tradição religiosa.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O que dizem os nossos monumentos</li> <li>- A Batalha</li> <li>- Os Jerónimos</li> <li>- O Terreiro do Paço e os seus monumentos</li> </ul>
Heróis nacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- D. Afonso Henriques</li> <li>- O Rei D. Dinis</li> <li>- A laranjeira de Santa Isabel</li> <li>- Deuladeu Martins</li> <li>- O alcaide do castelo de Faria</li> <li>- D. João I e o Condestável</li> <li>- A rainha e a sua escrava</li> <li>- A bilha de água</li> <li>- O Infante D. Henrique</li> <li>- O Infante Santo</li> <li>- A morte da princesa</li> <li>- Vasco da Gama</li> <li>- Pedro Álvares Cabral</li> <li>- Afonso Albuquerque</li> <li>- Camões</li> </ul>
Geografia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Serras de Portugal</li> <li>- Rios de Portugal</li> <li>- A Serra da Estrela</li> <li>- O Tejo, o Douro e o Guadiana</li> <li>- As terras e as águas</li> </ul>
Escola	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na escola</li> <li>- Na aula de trabalhos femininos</li> </ul>
Ciência	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O estado dos corpos</li> <li>- A acção do calor sobre os corpos</li> <li>- Os movimentos da terra</li> <li>- Os astros</li> <li>- Nuvens, nevoeiros, neve e granizo</li> <li>- A trovoada I</li> <li>- A trovoada II</li> <li>- No fim da aula</li> <li>- Fases da Lua</li> </ul>
Conquista e descobrimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A conquista de Lisboa</li> <li>- A bela Infanta</li> <li>- Conquistas e descobrimentos</li> <li>- O Mar</li> <li>- A barca bela</li> </ul>
Progresso/transportes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O automóvel, o trem e o avião</li> </ul>
Conselhos/ensinamentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Um bom conselho</li> <li>- De que se faz o nosso vestuário</li> <li>- Cuidemos do nosso corpo</li> <li>- A raposa e as uvas</li> <li>- A higiene da casa</li> <li>- Água doce e água salgada</li> <li>- A alimentação</li> <li>- A azeitona</li> <li>- A oliveira</li> <li>- A vida</li> <li>- Luar de Agosto</li> <li>- As Estações do ano</li> <li>- O cavalo e o leão</li> <li>- (Descredibilidade do mentiroso)</li> <li>- A sentença de Salomão</li> <li>- Os bois teimosos</li> </ul>
Natureza	<ul style="list-style-type: none"> <li>- (O Sol)</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O destino da árvore</li> <li>- A queima das geadas</li> <li>- A vocação da cerejeira</li> <li>- A açucena</li> <li>- A neve</li> </ul>
O Estado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As contribuições</li> <li>- O dia das eleições</li> <li>- O Estado Novo</li> <li>- O Chefe do Estado Novo</li> <li>- O Governo da Nação</li> </ul>

Quadro 1 - Perspetiva sinótica do contexto ideológico dos textos do “Livro de Leitura da 3ª Classe”

Face à informação disposta no quadro acima, torna-se evidente que o Estado Novo valorizava a assunção de princípios e valores centrados na defesa do patriotismo, expressos em alguns símbolos da nação, tais como a bandeira, os monumentos e as principais figuras e heróis da nossa História, mas também no trabalho do campo e na natureza; na família e na devoção e prática religiosa; na formação de valores, evidentes nos conselhos e ensinamentos veiculados nas páginas do manual, bem como na exemplaridade do comportamento de meninos e meninas, no que concerne ao estudo, ao asseio etc.

Apesar disso, identificamos nove textos dedicados a aspectos simples da ciência, que permitiam às crianças irem conhecendo determinadas propriedades e efeitos de realidades, como a trovoada, os movimentos da terra, as fases da lua etc.

Um dos textos que mais nos chamou a atenção foi “O relógio da saudade” (pp. 147-148) e que deixa claro que a aventura da emigração pode resultar em grandes mágoas, pelo que nada melhor do que permanecer na nossa terra pátria. Em síntese, conta-se a história de um homem que emigrou para Buenos Aires, Argentina, na esperança de ficar rico e voltar a Portugal ao fim de 5 anos: “E agora, velho e doente, tudo o que conseguira fora uma casa térrea, com um minúsculo jardim, onde sempre se recusaram a ganhar raízes uns pés de videira que mandara ir da sua terra”. Na impossibilidade de regressar a Portugal, juntou tudo quanto tinha para comprar um relógio cujo som igualava o som do sino da sua aldeia. Era assim que desejava morrer. O som do relógio trouxera-lhe a proximidade da igreja, do cemitério onde estavam seus pais, o sino da aldeia, “(...) o mar azul, a terra verde, o Minho, o sol, o céu de Portugal”.

Diante de exemplo tão comovente, interrogavam-se os pequenos leitores: para que emigrar se, fora da pátria, nem os pés de videira se adaptam?

Atendendo, agora, ao segundo dos manuais escolares, importa reiterar que uma apresentação clara e estruturada dos seus textos é tarefa complexa. No entanto, para

possibilitar uma visão sinótica e comparativa com o manual anterior, tentaremos fazê-lo de seguida, também pela ordem de entrada no referido manual escolar, não discriminando, contudo, tipologias textuais.

Alfa – Língua Portuguesa – 3º ano		
Contexto ideológico	Título do texto	
Imaginário/literatura infanto-juvenil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Zuna, a nova amiga do Alfa</li> <li>- Um dia de escola fora do normal</li> <li>- Os livros</li> <li>- O lápis</li> <li>- A minha aldeia</li> <li>- Um sonho mau</li> <li>- Receita para fazer uma avó</li> <li>- (Disputa entre nuvens)</li> <li>- A vassoura mágica</li> <li>- Isabel e o anão</li> <li>- Ana e o anão</li> <li>- O vento</li> <li>- O valor do vento</li> <li>- As fadas</li> <li>- História de um Natal</li> <li>- Diversidade (multiculturalidade)</li> <li>- Tempo de Inverno</li> <li>- Um passarinho dormia</li> <li>- Estrelas de prata</li> <li>- Urgentemente</li> <li>- O bolo-rei</li> <li>- Os visitantes indesejáveis</li> <li>- Os medos</li> <li>- A máscara</li> <li>- O príncipe desajeitado</li> <li>- A mão da princesa</li> <li>- O jardim da Matilde</li> <li>- Dança do raminho de laranjeira</li> <li>- Ratinhos voadores</li> <li>- Um novo habitante</li> <li>- (A vida no bosque)</li> <li>- Os visitantes indesejáveis</li> <li>- A viagem do rio</li> <li>- As pedras</li> <li>- A casa era o jardim</li> <li>- A pomba e a formiga</li> <li>- O cometa</li> <li>- O planeta branco</li> <li>- O país das pessoas de pernas para o ar</li> </ul>	
Família	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalhos para casa</li> <li>- Cantiga de mãe</li> <li>- O meu pai</li> <li>- A mãe</li> </ul>	
Ensinamentos/valores/tradição	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A aldeia da avó</li> <li>- As mais belas coisas do mundo</li> <li>- Magusto</li> <li>- Engolir a tâmara</li> <li>- As pequenas coisas fazem a diferença</li> <li>- Domingo de Páscoa</li> <li>- Fresquinho, freguês</li> <li>- Mar</li> <li>- Chegaram os barcos</li> </ul>	
Textos utilitários	Tipologia	Título

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Receita</li> <li>- Informativo</li>   <li>- Carta</li> <li>- Cartaz</li> <li>- Folheto</li> <li>- Aviso</li> <li>- Entrevista</li> <li>- Biografia</li> <li>- Notícia</li> <li>- Anúncio</li> <li>- Publicidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Barquinhos de ovo e milho</li> <li>- Gestos simples para poupar</li> <li>- O morcego grande</li> <li>- Grou</li> <li>- Querido pai</li> <li>- 2ª semana do bebé</li> <li>- Calor e radiação</li> <li>- O circo</li> <li>-Entrevista ao ilustrador “Zé Nova”</li> <li>-Matilde Rosa Araújo – uma biografia</li> <li>- (As arribas)</li> <li>- Parque aventura</li> <li>- A Ilha da Madeira em 5 dias</li> </ul>
Novas Tecnologias	- A nova tecnologia (BD)	

Quadro 2 - Perspetiva sinótica do contexto ideológico dos textos do “Alfa – Língua Portuguesa 3”

À exceção dos textos ditos utilitários – receita, informação, carta, cartaz, folheto, aviso, entrevista, biografia, notícia, anúncio, publicidade – quase todos os restantes se inscrevem no âmbito da denominada literatura infanto-juvenil e remetem para a esfera da imaginação e da criatividade, ao contrário do que acontece no manual da 3ª classe. Parece-nos que é isso que Diniz (2001) pretende refletir com o título de uma das suas obras que versam sobre a educação no Estado Novo: “As fadas não foram à escola”.

Por outro lado, há a registar uma diversidade de tipologias textuais. Ao longo do manual, podemos encontrar textos narrativos, poéticos, dramáticos, em desenho animado e os que enunciamos no parágrafo anterior. Textos maioritariamente narrativos e poéticos, com títulos sugestivos, do ponto de vista semântico, remetem para a esfera da subjetividade (inter) pessoal.

De forma bem diferente da patenteada no manual adotado no Estado Novo, todos os textos têm autoria. Na análise efetuada ao manual do 3º ano, em vigor neste ano letivo 2012/2013, podemos identificar autores tão diversificados como: Luísa Ducla Soares, José Jorge Letria, Maria do Rosário Pedreira, Alice Viera, Maria Alberta Menéres, Ana Saldanha, Rosário Alçada Araújo, Valter Hugo Mãe, Sophia de Mello Breyner, Álvaro Magalhães, Regina Guimarães, António Torrado, Regina Gouveia, António Mota, Matilde Rosa Araújo, Eugénio de Andrade, José Fanha, Matilde Rosa Araújo, Jorge Listopad, João Pedro Mésseder, Miguel Sousa Tavares, Nuno Higinio, Maria Teresa Gonzalez, Manuel António Pina, entre muitos outros.

Consequentemente, assiste-se a uma partilha muito mais diversa de formas de escrita, de representações vivenciais, procurando dar resposta aos diferentes interesses e necessidades dos pequenos leitores, no sentido de uma formação mais eclética, não apenas do ponto de vista das aprendizagens, mas também da formação de cidadãos. Importante registar, ainda, que as atividades e estratégias de exploração textual sugeridas neste manual, além de diversificadas, deixam grande liberdade à criança, que é sempre incentivada a emitir a sua opinião, de forma crítica e reflexiva.

## **Conclusão**

Aqui chegados, ainda que com a consciência clara de que muito ficará por dizer, poderemos afirmar que, de facto, há uma distância abismal entre os dois manuais sobre os quais este breve estudo incide. E essa distância não tem a ver apenas com questões de ordem estético-gráfica, mas, sobretudo, de posicionamento ideológico e pedagógico-didático.

Se em um não existe sequer um índice nem qualquer instrução aos professores, no outro regista-se uma enorme preocupação com a estruturação dos conteúdos e das atividades propostas, numa paleta de informações nem sempre fáceis de assimilar e que se estendem a todos os domínios da língua portuguesa: oralidade, escrita, leitura, conhecimento explícito.

Se em um não há qualquer referência aos programas e às diretrizes da tutela, no outro remete-se constantemente para os programas vigentes.

Se um se apresenta como um manual simples, apenas com textos destinados à leitura, sem qualquer preocupação de natureza pedagógica e didática, o outro constitui-se como um projeto multidimensional, com grande diversidade de recursos e propostas de natureza pedagógica e didática. Ao contrário do manual da 3ª classe, no que agora entra em vigor assiste-se a uma clara preocupação em não converter o aluno em mero receptáculo, debitando-lhe e transmitindo-lhe conhecimentos, mas a assumir um papel ativo na construção desses conhecimentos. A simples existência de um índice, a abrir o manual, perspectiva uma nova postura educativa, a centração no aluno e a tentativa de facilitar a aprendizagem, clarificando desde o início todo o processo. Esta tese é confirmada pelas

inúmeras, permanentes propostas de trabalho e de envolvimento do aluno ao longo do manual.

Se um não identifica a autoria dos textos, à exceção de alguns breves poemas ou quadras, muitas vezes para preencher pequenos espaços em branco na página, o outro assinala a autoria de todos os textos. E são mais de trinta esses autores.

Se no primeiro dos manuais as tipologias textuais são reduzidas, no segundo regista-se uma grande diversidade de propostas.

Se em um há preocupações de natureza gráfica, com a apresentação de pequenas ilustrações e a organização da página, no outro acontece o mesmo, mas de forma mais profusa e exuberante, de acordo com processos e técnicas atuais.

Se em um uma leitura interpretativa dos textos fica a critério do professor, atendendo a condicionantes de natureza ideológica – eleva-se, assim, o real sentido do termo professor: aquele que professa uma doutrina, neste caso a do Estado – no atualmente em vigor há inúmeras propostas que podem transcender qualquer representação ideológica do professor e aproximar-se, assim, da diversidade política e social dos alunos e das respetivas famílias, apelando-se sobretudo à criatividade, à imaginação e à formação da consciência crítica.

Ainda que todos os sistemas políticos tendam a influenciar os cidadãos com as ideologias que lhes subjazem, a verdade é que isso está muito mais explícito no manual do Estado Novo do que no segundo dos manuais analisados, onde é evidente a diversidade, em todos os domínios. De facto, a grande mudança é que, longe de se assumir como um recurso propagandista do regime, o novo manual assume-se como um recurso pedagógico e didático, função que lhe cabe desempenhar.

## **Referências**

Carvalho, R. **História do Ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.

Castro, R. V. de *et al.* (Orgs.). **Manuais Escolares** – estatutos, funções história. Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Universidade do Minho, IEP, 1999.

Couto, J. M. **O espaço lúdico infantil no Jornal de Notícias ao longo do Estado Novo**. Tese de mestrado apresentada à Universidade de Coimbra, 2001.

Couto, J. M. **Ditadura e democracia** – os manuais escolares como espelho da mudança, em Portugal. In: Actas do Congresso Internacional Sociedades em Cambio: Espanha e Portugal en los años setenta. Barcelona: Centro d'Estudos sobre as Épocas Franquista e Democrática (CEFID-UAB) e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC-UNL), 2012.

Diniz, M. A. S. **As fadas não foram à escola**. Porto: Asa, 2001.

Lima, E; et al. **Alfa 3 – Português – 3º ano**. Porto: Porto Editora, 2012.

**Livro de Leitura da 3ª Classe**. Porto: Figueirinhas (s/d).

Magalhães, J. O Manual Escolar no Quadro da Historia Cultural: para uma historiografia do manual escolar em Portugal. In: **Sísifo/Revista de Ciências da Educação**, nº 1, Set/Dez, 2006.

Mónica, M. F. **Educação e Sociedade no Portugal de Salazar**: a Escola Primária Salazarista (1926-1929). Lisboa: Editorial Presença, 1978.

Monteiro, A. J. **Foi o Estado Novo...** In: Revista *Ipsis Verbis*, Ano III, nº 3, Maio, 2006.

Morais, J. **Manuais escolares, análise de imagens na perspectiva da semiótica social**. In: EDUSER: revista de educação, Vol 3, pp.59-78, 2001.

Pinto, M. O. **Estatuto e funções do manual escolar de Língua Portuguesa**. Viseu: Instituto Politécnico de Viseu, 2003.

Sampaio, J. S. **O Ensino Primário: 1911-1969** - Contribuição Monográfica, Vol. II. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1976.